RELEASE – 27/11/2013 – Reunião sobre proposta de nova lei de licitações

Contatos:

Paulo Motta: 5-8625 / 8122-0225

Roberto Stefanelli: 5-8631 / 9988-4745

CEDES ANALISA NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Uma nova lei de licitações que agilize o processo de compras do governo, vede as brechas ainda existentes, que permitem a corrupção ou o grande número de aditivos, quando não paralisam obras, foi demoradamente analisada ontem pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Esta nova lei em estudo deverá substituir a 8.666, de 1993, um dos alicerces da reforma econômica que desembocaria no Plano Real, de 1994. Mas, como concordaram os palestrantes, ficou desatualizada e vem recebendo remendos ao longo dos anos.

“No Governo Fernando Henrique Cardoso o ministro Pedro Malan (Fazenda) mandou para a Câmara, que seu presidia, as mais importantes leis do País: a lei das licitações, que só 18 anos depois recebeu modificações, a lei da responsabilidade fiscal e a que criou o Plano Real. Foi graças a elas que conseguimos a estabilidade econômica que temos hoje”, lembrou o deputado Inocêncio Oliveira, presidente do Cedes. Mas, como complementou depois o consultor Flávio Faria, como ela é anterior ao Real, foi aprovada em plena espiral inflacionária quando não se tinha qualquer controle sobre os preços e nem mesmo existia a internet, que hoje permite os pregões eletrônicos.

O deputado Duarte Nogueira (PSDB SP) observou que muito desvios ocorrem mesmo a margem da lei ainda em vigor. “Visitei obras do PAC – disse – e vi que os preços estão até dez vezes o preço licitado. Os reajustes ocorreram depois de iniciadas as obras, o que pressupõem que a construtora venceu uma concorrência sem apresentar projeto ou planejamento”.

O economista Eduardo Fiuza, que junto com seu colega do IPEA, Bernardo Medeiros, fez um detalhado estudo sobre uma reforma da lei, propôs na sua exposição que ela seja simplesmente substituída. E que se crie novos instrumentos, como uma central de compras do governo federal, à qual os estados e municípios podem ou não aderir, uma carreira para os gestores de contratações públicas, um cadastro nacional de fornecedores, uma agência que normatize licitações, leilões e compras. “Precisamos de mais instrumentos, mais flexibilização e uma lei mais enxuta”, disse.

O deputado José Linhares (PP CE) observou que é preciso encontrar formas de evitar os aditivos nas licitações, mas de forma a não paralisar obras. “Lembro o exemplo da transposição do São Francisco – disse – Os mais de 8 bilhões de reais que foram colocados ali serão perdidos por deterioração do que foi feito e está se acabando a céu aberto”.

A necessária profissionalização dos responsáveis por licitações do governo foi apontado pelo economista como algo um tanto absurdo: “Quem fiscaliza as compras e as obras tem uma carreira para isto nos tribunais, mas não os que são responsáveis pelo próprio ato de licitar”.

Pela sua proposta seria criado um corpo técnico especializado de nível superior, equiparada às das agências reguladoras, e outra de nível médio. Os mandatos dos diretores da Agência Nacional de Compras Públicas seriam fixos e haveria um conselho consultivo com representantes de vários ministérios. “Estados e municípios poderiam aderir a esta agência para compra de determinados produtos, como ambulância ou medicamentos, por exemplo. Seria uma forma de baratear custos”.